

A HISTÓRIA DA RECEPÇÃO DA ANTIGUIDADE EM TEMPOS DE DECOLONIZAÇÃO

Anderson Zalewski Vargas¹

Resumo

Neste artigo, reflito sobre a situação dos estudos de Recepção da Antiguidade neste tempos em que, certa apropriação do pensamento decolonial conduz ao questionamento geral, especialmente nos ambientes acadêmicos, da propriedade dos estudos da Antiguidade Greco-Romana no Brasil. Primeiramente, mostro que há certos elementos que podem ajudar a entender desejos de depuração intelectual. Contudo, a leitura de alguns textos de intelectuais de destaque da teoria decolonial mostra, com certa facilidade, que a superação do eurocentrismo não transforma em anátema o passado greco-latino, muito menos seu estudo e investigação. Por fim, trato da pertinência da História da Recepção da Antiguidade na realização dos desideratos decoloniais.

Palavras-chave

Decolonização; eurocentrismo; Recepção da Antiguidade; anátema.

¹ Professor Associado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
E-mail: zalewski.vargas@ufrgs.br.

Abstract

In this article, I reflect on the state of Reception Studies of Antiquity in these times when a certain appropriation of decolonial thought leads to general questioning, especially within academic circles, regarding the legitimacy of studying Greco-Roman Antiquity in Brazil. Firstly, I highlight certain elements that can help us understand intellectual purification desires. However, reading texts by prominent decolonial theorists reveals quite easily that overcoming Eurocentrism does not render the Greco-Latin past anathema, nor does it negate its study and investigation. Finally, I discuss the relevance of the History of Reception of Antiquity in achieving decolonial goals. **Keywords:** Decolonization. Eurocentrism. Reception of Antiquity.

Keywords

Decolonization; eurocentrism; Reception of Antiquity; anathema.

Cada vez mais, as culturas ‘nacionais’ estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas. O efeito mais significativo desse processo não é a proliferação de ‘histórias alternativas dos excluídos’, que produziriam, segundo alguns, uma anarquia pluralista. O que meus exemplos mostram é uma base alterada para a estabelecimento de conexões internacionais. (Bhabha, 1998: 25)

A origem deste texto foi a necessidade que senti de situar meu estudo sobre Recepções Retóricas da Antiguidade no contexto da reflexão decolonial². O que escrevi não é resultado de pesquisa de largo escopo, ainda; não é nem mesmo o resultado definitivo de minhas reflexões a respeito, ainda. É um juízo em elaboração e o considero relevante pelas razões expostas na sequência.

Em primeiro lugar, minha incursão em parcela da vasta bibliografia sobre decolonialidade ocorre porque tal perspectiva se tornou incontornável pela sua presença e pelo seu uso acadêmicos, e não por ser um caminho obrigatório em minha trajetória de ensino e pesquisa. Em minhas leituras sobre Retórica e Recepção da Antiguidade em contextos brasileiros, e mesmo lusitanos, não encontrei nada que me levasse necessariamente àquele universo. Na outra dimensão de minha vivência profissional – a de sala de aula e a da vida de departamento e pós-graduação – porém, o viés decolonial é, há tempo considerável, onipresente: fui algumas vezes indagado a respeito (“Como o senhor coloca a Recepção em relação à teoria decolonial ou pós-colonial?”) e ouvi muitas referências a respeito de temas e bibliografia que mal conhecia e, por vezes, fui confrontado com argumentos que insinuavam ou afirmavam o despropósito do interesse por qualquer outro assunto que não fosse o daquele âmbito ou não fosse informado por ele.

Todos nós sabemos do imbróglio causado pela quase exclusão da História Antiga pela primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³. Em texto em que o colega Dominique Santos analisa os argumentos usados para o seu restabelecimento no ensino escolar de nosso país, fica claro que os idealizadores daquele documento supunham que o conhecimento da história brasileira implicava o expurgo de boa parte da história mundial (Santos, 2019: 132). Em artigo ainda no prelo, “As

² A primeira versão foi apresentada em junho de 2022, no X Ciclo Internacional de Estudos Antigos e Medievais (X CIEAM). A segunda, na sessão anual do LIMES, em novembro de 2024.

³ “A primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), anunciada em setembro de 2015 e publicada em 2016, objetivava padronizar o ensino no Brasil, apontando temas que deveriam corresponder a 60% da carga horária do Ensino Fundamental e Médio.” (Santos, 2019: 128)

trajetórias da História Antiga no Rio Grande do Norte: o ensino e a pesquisa”, Pedro Hugo Canto Núñez e Ruan Kleberson Pereira da Silva observam: “ainda percebemos algumas suposições de que o Ensino de História Antiga e Medieval não apresenta argumentos suficientes para condizermos às competências e habilidades necessárias para a formação do cidadão em formação nas escolas.” (2023: 1).⁴

Em outro plano, das revisões curriculares, temos as exclusões ou limitações de disciplinas de História Antiga, Medieval, Moderna e mesmo Contemporânea – mesmo daquelas qualificadas como “orientais”. Sim, eu sei que a Europa se apropriou da Antiguidade Mesopotâmica, ao fazer daquele passado a origem de uma civilização que alcançaria sua melhor formulação com gregos e romanos. Ponderou o respeitado Mario Liverani: é correto que os europeus usem o rótulo “a primeira metade da nossa história” ao estudar o Antigo Oriente Próximo porque aquela “longa trajetória é hoje considerada parte e mesmo a verdadeira fundação da nossa história ‘ocidental’ – não com outras civilizações mais remotas, como na Índia, na China ou qualquer outro lugar.” (2005: 1) Não surpreende, então, que, como escreveu Fábio Morales: “hoje a História Antiga precisa se defender continuamente dos ataques ao seu eurocentrismo e sua eventual inadequação à memória coletiva local” (2017: 79). Se isto acontece com o campo dos Estudos Antigos como um todo, o que dizer da História da Recepção da Antiguidade em nosso país, nesta quadra intelectual que vivemos?

Não há razão para desespero.

Neste texto, pretendo mostrar, primeiro, que há certa ambiguidade nas proposições decoloniais, as quais podem nos ajudar a explicar a sombra do anátema que nos ameaça. Posteriormente, argumentarei que as formulações decoloniais mesmas não afirmam que o “desprendimento” da modernidade eurocêntrica implica em rompimento com saberes europeus, modernos, contemporâneos ou antigos. Ao contrário de serem rejeitados, os estudos de Recepções da Antiguidade, em especial, podem desempenhar papel relevante na compreensão e superação do caráter colonizante de algumas apropriações peculiares do passado antigo, como aquelas feitas pela extrema direita contemporânea⁵. Por fim, espero que minha argumentação também demonstre que a decolonialidade, e tudo o mais que a acompanha, oferece a nós elementos importantes para refletirmos sobre o que fazemos e podemos fazer quando a universidade

⁴ Agradeço aos autores pela cessão do texto.

⁵ O que tem sido demonstrado há certo tempo no campo vizinho dos Usos da Antiguidade. Ver Silva, 2007.

brasileira, pela primeira vez em sua história, é confrontada com o desafio de lidar com uma realidade social desafiadora, como indica esta manifestação do jovem literato porto-alegrense, José Falero:

Esse mundo literário, que sempre cagou e andou para mim e pra gente como eu, agora me traga, na onda da representatividade...Pois bem. Aviso de antemão que sou indigesto. Não serei bem digerido. Me recuso. Terão de me engolir como eu sou e sentir a dor de barriga depois, ou então me cuspir para fora. Porque onde eu for levarei sempre comigo a minha origem social, a minha visão de mundo, os meus valores, a minha luta e a luta de meu povo, a luta de uma nação criminalizada e empurrada pro fundo das grandes cidades, pros becos, pras ruas de terra, pros barracos de pau. Onde eu for eu serei eu, sem tirar nem pôr.⁶

Alguns indícios que podem explicar desejos de depuração

Inicialmente, esclareço que uso “decolonial” (e não “descolonial”) pelo alerta de Ana Maria Barrera Conrad Sackl em sua tradução de *Popoh Vuh!*⁷, ao citar distinção original de Eduardo Restrepo y Axel Rojas em *Inflección decolonial- fuentes, conceptos y cuestionamientos* (2010: 16):

No se debe confundir descolonización y decolonialidad. Con descolonización se indica un proceso de superación del colonialismo, generalmente asociado a las luchas anticoloniales en el marco de estados concretos. La descolonización se tiende a circunscribir a lo que se ha denominado independencias políticas de las colonias, [...] La **decolonialidad, en cambio, refiere al proceso que busca trascender históricamente la colegialidad**. Por esto la decolonialidad supone un proyecto con un calado más profundo y una labor urgente en nuestro presente; **supone subvertir el patrón de poder colonial, aun luego de que el colonialismo ha sido quebrado.**” (Restrepo; Rojas apud Stackl: 29-30, nota 15).⁸

⁶ José Falero, 2022. Crônica para a semana de 19 a 25 de junho, na Agenda Todavia, 2023. O primeiro romance de Falero, “Os supridores” teve especial repercussão: “ ‘Os supridores’ é, assim como *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório, *Marrom e amarelo*, de Paulo Scott, e *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, resultado de uma geração contemporânea de escritores que, apesar das diferenças narrativas e das influências literárias, têm em comum o foco na discussão do racismo e da desigualdade social no Brasil. ‘Cada um deles tem sua própria carga de inconformismo, mas o Falero possui um tom irônico que lhe é próprio. Ele leva a discussão a sério, mas sabe que é possível rir disso também’, explica Leandro Sarmatz, editor responsável por encontrá-lo e levá-lo à Todavia.” (Henrique; Mendes, 2021).

⁷ “O *Popol vuh* nos apresenta uma instigante narrativa com a perspectiva dos maias-quichés de meados do século XVI sobre a longa e movimentada história que esboçamos acima. Sua narrativa foi produzida com base em livros e registros anteriores, os quais, por sua vez, derivavam de tradições de pensamento e sistemas de escritura e calendários próprios e com pelo menos dois milênios de existência.” (Santos, 2020: 111-112).

⁸ Os destaques, salvo observação em contrário, são meus.

Se descolonização refere o processo de independência de seções imperiais, o decolonialismo pretende designar um outro, contemporâneo, cujo propósito é superar a persistência, transformada, do colonialismo no mundo de sociedades formalmente independentes de suas antigas metrópoles. No entanto, o argentino Walter Mignolo, um dos expoentes do Grupo Modernidade/Colonialidade⁹, usa também “des-colonialidade”, a partir de sua apropriação de ideias do sociólogo peruano Aníbal Quijano:

el pensamiento des-colonial es, entonces, el pensamiento que se desprende y se abre (...) a posibilidades en-cubiertas (colonizadas y desprestigiadas como tradicionales, bárbaras, primitivas, místicas, etc.) por la **racionalidad moderna montada y encerrada en las categorías del griego y del latín** y de las seis lenguas imperiales europeas modernas. (Mignolo, 2005: 06)

Para melhor identificar a ideia, opto pelo “decolonial” pelas razões expostas por Restrepo e Rojas. A decolonialidade, portanto, busca se *desprender* da racionalidade moderna que, conformada e transmitida pelo grego e latim antigos e pelas línguas europeias modernas, enviou para os bastidores da existência o que foi estigmatizado como “tradicional, bárbaro, primitivo, místico” e mítico, como veremos a seguir. É incômodo, mas deve ser ressaltado este elemento da definição de Mignolo, a relação entre dominação colonial e as línguas do mundo greco-romano, repetida por ele em outro momento:

Permitaseme repetir lo que el lector no puede confundir por la vieja costumbre de pensar teniendo por sentado que Occidente es una geografía y *un no idioma-memoria-aparato conceptual* que penetraron directa o indirectamente miles de millones de conciencias en todo el mundo: **en griego, latín y las seis lenguas imperiales moderno/coloniales europeas**. (Mignolo, 2010: 97, nota 71)

Creio que essas duas passagens são indícios de fontes que permitem sustentar teses de rejeição e mesmo de exclusão do que, em outros textos, pode ser chamado de “tradição greco-romana. O o grego e o latim (e o hebraico em menor grau, certamente) compuseram o “idioma-memoria-

⁹ “Desde os anos 1990 o movimento Modernidade/Colonialidade vem promovendo uma renovação teórica com importantes implicações políticas. A revisão dos fundamentos do conhecimento, instituições e valores ocidentais, subsumida no termo ‘colonialidade’, permitiu aos diversos membros do grupo desenvolverem estratégias de pesquisas e intervenções teóricas críticas orientadas por uma ética libertária. São iniciativas que partem das universidades e visam instaurar uma relação orgânica com os modos de resistência, visões de mundo e utopias dos povos e grupos sociais que sofreram ao longo da história um reatualizado processo de silenciamento que tem na globalização neoliberal sua face mais contemporânea.” (Freitas, 2018: 146). O coletivo se reuniu pela primeira vez em 1998, na Universidade Central de Venezuela, mas sua organização e desenvolvimento ocorreu no ambiente universitário norte-americano. (Freitas, 2018: 152).

aparato conceptual que penetraron directa o indirectamente miles de millones de conciencias en todo el mundo". Um exemplo intelectualmente doloroso (certamente eles são inumeráveis) dessa penetração encontrei recentemente, ao ler a abertura do texto cosmogônico maia-quiche, Popol Vuh, anteriormente referido:

Agora escreveremos isso já permeados pela palavra de Deus, da Cristandade, agora. E o revelaremos porque não existe mais onde ver o Popo Vuh, o instrumento de claridade – que veio lá dos lados do mar – com o relato de nossas sombras, o instrumento sobre a aurora da vida(...) (Popol Vuh: 247)

O paradoxo de termos acesso a este importante documentos graças à língua do dominador espanhol não obscurece o fato de que foi a imposição da tradição ocidental a responsável pela perda do texto original, o "instrumento de claridade". Certamente: colocar Atenas, Roma ou Jerusalém como origem privilegiada de nossos mundos latino-americanos é corroborar a visão da história como trajetória unilinear e unidirecional, um dos princípios do eurocentrismo. O outro seria a "racionalidade etnocêntrica", que teria gerado uma ruptura ontológica entre corpo e mente, objeto e sujeito (Lander; Quijano apud Bravo, 2017: 36). Sabemos, neste sentido, que certa compreensão de *mythos* e *logos* serviu e serve para estigmatizar outras formas de pensamento. Já faz muitos anos que apresento em sala de aula esta passagem de uma história sobre a Guerra do Contestado, como indício do poder cegante de certa concepção de rationalidade:

Ao lado da História, a Etnografia e o Folclore constituem as ciências que estudam a cultura material e intelectual dos povos, formando ramos da Antropologia Cultural. A região do Contestado, pela sua riqueza cultural, apresenta-se hoje como fonte quase inesgotável de assuntos da **tradição popular**. Assim, temos que as mais diversas manifestações populares, desde que tradicionais e coletivas, são objetos de estudo do Folclore, disponíveis para deleite dos seus especialistas. A **ausência de historiadores em nossa região**, para estudar os acontecimentos pelo lado específico da História, permitiu que fatos de alto significado para as transformações sociais fossem estudados apenas pelo lado da fantasia e isso fez com que a **fértil imaginação do brasileiro** transformasse muitas histórias do nosso povo em contos, **mitos** e lendas, que se incorporaram à herança cultural e são tidos somente como folclóricos. (Tomé, 1999: 169-170)

Nesta passagem, o lamento é particularmente distinto dos informantes do texto espanhol de Popol Vuh. Considerando a hegemonia de tal concepção de rationalidade, é possível que muitos perguntem o que há de errado no vaticínio que responsabiliza a "fértil imaginação do brasileiro" pela metamorfose destruidora do que poderiam ter sido fontes racionais da pesquisa historiográfica. É um exemplo notável da desclassificação

conjunta de um grupo social e de sua forma de ver o mundo pelo uso de ideias de razão e mito.

Neste ponto, podemos lembrar do que nos alerta a teoria da recepção em geral: por mais antigas que sejam ditas as tradições, por mais que seja aventada uma continuidade e mesmo que seja afirmada a coincidência entre passado e presente, as “tradições” são compostas por “cadeias de recepções” características de contexto singulares (Vargas, 2020). Podemos afirmar com segurança que não há coincidência entre uma moderna noção desclassificatória de mito e as compreensões antigas daquele vocábulo. Os já muito conhecidos trabalhos de Marcel Detienne (1992) e Claude Calame (1996) nos facultam destacar o uso indiferenciado de *mythos* e *lógos*, na documentação mais antiga de que dispomos da trajetória dos dois termos:

Elas [as Musas]um dia ensinaram belo canto
quando pastoreava ovelhas ao pé do Hélicon divino.
Esta **palavra** [*mýthos*] primeiro disseram-me as Deusas
Musas Olimpíades, virgens de Zeus porta-égide
'Pastores agrestes, vis infâmias e ventres só (...)

(Hesíodo, *Tegonia*, vv. 22-26, tradução de Jaa Torrano)

Se queres, com outra **estória** (*lógos*) este encimarei; bem e sabiamente lança-a em
teu peito!
[Como da mesma origem nasceram deuses e homens.] (...)
Primeiro de ouro a raça dos homens mortais
(...)

(Hesíodo, *Os trabalhos e os dias*, vv. 106-109, tradução de Mary de Camargo Neves Lafer)

Na abertura da Teogonia, *mýthos* designa a fala das Musas ao poeta-pastor; em *Os trabalhos e os dias*, é *lógos* a fala sobre a origem de homens e deuses. Mesmo quando *mýthos* passa a ser um vocábulo de discriminação, os usos mais antigos não correspondem aos das apropriações modernas e contemporâneas. Em Heródoto, temos um exemplo do uso de mito na luta daquele escritor com seu rival, Hecateu de Mileto:

Quanto àquele [Hecateu] que falou d'Oceano, baseou seu *mito* no *invisível*, não precisando por isso ser provado ou refutado; eu, com efeito, não conheço qualquer rio Oceano e creio que Homero, ou algum outro poeta mais antigo, *inventou* esse nome e o introduziu em sua poesia. (Hdt., II 23).

De Tucídides, também temos um uso de mito para discriminar adversários, no caso os poetas:

Com base nos indícios que foram enunciados, não erraria quem julgasse os fatos, de modo geral, tais como eu os apresentei, e não confiasse nem no que a seu

respeito os poetas celebraram, tendo antes em vista adornos engrandecedores, e nem no que os logógrafos compuseram, tendo antes em vista o que é mais do agrado do auditório ao que é mais verdadeiro, dado que eles são incomprováveis e, na sua maioria, pela ação do tempo, foram transportados para a dimensão incrível do *mítico [mythodes]*. Entendo, todavia, com base no que são os *sinais mais evidentes*, em se tratando dos tempos antigos, que os fatos foram suficientemente bem determinados. (Tuc., 21, 1)

De qualquer forma, reforço, o leitor não informado, ou o motivado de certa forma pelas lutas de nossos tempos, pode deduzir ou inferir da leitura de passagens de autoridades da teoria decolonial que todas as “teias” de apropriações da Antiguidade greco-romana e judaico-cristã estão de tal forma contaminadas pelo seu uso discriminatório que aquele passado deve ser abandonado para pensar e viver de forma alternativa.

Porque a decolonialidade não implica a transformação do estudo da Antiguidade greco-romana em anátema¹⁰

No entanto, esta cisão não está de acordo nem com a definição de eurocentrismo de Aníbal Quijano, pois ele afirma que aquela categoria designa “perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática

¹⁰ Emprego este termo pela possível dimensão sagrada de atos de depuração intelectual. Como podemos ler no texto bíblico, tendo recebido a doação divina de uma terra já habitada, Josué advertiu os hebreus prestes a devastar Jericó: “A cidade será consagrada como **anátema** a Iahweh, com tudo o que nela existe. Somente Raab, a prostituta, viverá e todos aqueles que estiverem com ela na sua casa, porque ocultou os mensageiros que enviamos. Mas vós, guardai-vos do anátema, para que não tomeis alguma coisa do que é anátema, movidos pela cobiça, pois isso tornaria anátema o acampamento de Israel e traria sobre ele confusão. Toda prata e todo ouro, todos os objetos de bronze e de ferro serão consagrados a Iahweh; entrarão no seu tesouro. O povo gritou com força e tocaram-se as trombetas. Quando o povo ouviu o som da trombeta, gritou com força e a muralha ruiu por terra, e o povo subiu à cidade, cada qual no lugar à sua frente, e se apossaram da cidade. Então consagraram como anátema [isto é, mataram] tudo o que havia na cidade: homens e mulheres, crianças e velhos, assim como bois, ovelhas e jumentos, passando-os ao fio da espada. (JOSUÉ 6 17-21)” Explica o comentarista desta passagem na Bíblia de Jerusalém: “O anátema, em hebraico *herem*, comporta a renúncia a toda presa de guerra e sua atribuição a Deus: os homens e os animais são mortos, os objetos preciosos são dados ao santuário. É um ato religioso, uma regra da guerra santa, que cumpre uma ordem divina(...) ou um voto para garantir a vitória (...). Toda omissão se torna um sacrilégio que é severamente punido(...). A regra absoluta admite, contudo, flexibilidade(...). Esta noção primitiva do poder absoluto de Deus será corrigida pela noção da sua paternidade misericordiosa (...).”

começou na Europa Ocidental”¹¹ na primeira metade do XVII, se tornou hegemônica no período burguês” não é

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa(...) NÃO É uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular (...) não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas *a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo.* (2005: 115)

A cisão, e uma possível exclusão, também é explicitamente repudiada por Walter Mignolo, quando ele escreve que o “vuelco des-colonial” é caracterizado como um “desprendimiento epistêmico en la esfera de lo social”¹², incluindo universo acadêmico (2010: 15), resultando em uma *Pachakuti*, termo indígena usado para referir a mudança radical de seu mundo pelo invasor europeu (Mignolo, 2012: 98, nota 76). Para sustentar sua ideia de que o desprendimento começa com a “descolonización del conocimiento”, ele cita passagem de Aníbal Quijano, *Colonialidad y modernidad/racionalidad* (1992: 447) que é de importância central para meu argumento por lá podemos ler que:

La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en lo discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. **Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres.** Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la

¹¹ Citação completa da passagem parafraseada: “Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América.” (Quijano, 2015: 115).

¹² Destaque original.

modernidad. La alternativa en consecuencia es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial. (Quijano apud Mignolo, 2010: 15)¹³

O próprio pensamento decolonial resulta de diálogo e da apropriação de vertentes intelectuais europeias, como indica Mignolo ao informar que uma das perguntas-guia da reunião de seu grupo “modernidade/colonialidad” no ano de 2004 foi: “De que maneira a teoria crítica de Max Horkheimer poderia ajudar a pensar o momento em que viviam, caracterizado, entre outras coisas, por “revoluções globais e pluriversais” e de “insurgência e disputa pelo controle da história universal pela diversidade e pluriversalidade das histórias locais. (2010: 8). Depois segue-se a crítica de Marx muitos outros indivíduos centrais do pensamento moderno que expôs o caráter predatório de certa modernidade na Europa, mas que foi incapaz de ver a situação peculiar da predação no resto do mundo. Há, pois, um intento de superação de conjunto composto de personalidades destacadas do pensamento intelectual europeu.,

É necessário criticar o paradigma transmitido pelas línguas antigas e imperiais, ou melhor, pela apropriação da Antiguidade pelas línguas imperiais e isto, destaco, não determina a simples negação de suas categorias ou mesmo da ideia de totalidade. A crítica, claro, pode repudiar a ideia de uma razão única, pode mesmo fazer da “racionalidade ocidental” uma forma de raciocínio a ser cotejada com outras, sugestão de Sanjay Seth, em *Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?* (apesar de ele manter a distinção mito/razão em sua proposição). Mas encontrar uma nova razão decolonial não implica em um rompimento, mas como defende a antropóloga moçambicana radicada em Portugal, Maria Paula Meneses, em *Desafios à descolonização epistêmica, práticas, contextos e lutas para além das fraturas abissais*:

Com efeito, a possibilidade de descolonização epistêmica está intimamente associada à ideia de **diálogo**, muito além de qualquer tentativa de **essencialismo estratégico** em relação a qualquer **grupo diaspórico fechado sobre si mesmo**. É este encerramento e, em geral, do “resto” do mundo em relação ao Norte global, que importa questionar, pois é uma das mais fortes heranças de dominação e opressão epistemológica e ontológica. (2020: 1071)

Como escreveu Mignolo, criar novas universalidades seria cair na mesma lógica que domina os fundamentalismos, europeu ou mesmo indígenas, africano e latino-americano e acreditar tal como eles na universalidade de suas experiências e “horizontes de expectativas” (2010: 120). Ainda preciso explorar as relações entre a hermenêutica gadameriana – uma das fontes

¹³ Negrito original.

da noção de “horizontes de expectativas” - e o pensamento decolonial. Há quem considere que aquela hermenêutica não seria adequada à teoria decolonial porque supõe um diálogo com um “tu impessoal”, o da tradição, e não com alguém de carne e osso (Oliveira, 2020).

Talvez subsista uma ambiguidade na argumentação decolonial ao propor uma “reviravolta” epistêmica baseada em “diálogo” esta ambiguidade explique as suas leituras redutoras que conduzam ao anátema do interesse pelo estudo do Mundo Greco-Romano. Porém, há considerável defesa de “intercâmbio”, “tradução” e “diálogo”. Há mesmo exemplos de interpretações decoloniais por parte de indivíduos que viveram no que é prescrito como uma “fronteira”.

Me refiro aos dois exemplos oferecidos por Walter Mignolo em seu “Manifiesto”: Waman Puma de Ayala, mestiço descendente da nobreza inca, que escreveu e enviou a Felipe III, sua *Nueva Corónica y Buen Gobierno*; e Otabbah Cugoano, um escravo liberto que publicou em Londres, no ano de 1787 seus *Thoughts and Sentiments on the Evil of Slavery*. O primeiro escreveu em espanhol; o segundo, em inglês; ambos criticam suas realidades e elaboram suas alternativas a partir da religião à qual foram convertidos, o cristianismo. Destaco apenas um ponto: isto não impediu o primeiro de pensar nos humanos em geral, sem distinção entre europeus e indígenas. Escreveu Mignolo:

Cristianismo en el argumento de Waman Puma es equivalente al de democracia en la pluma y la palabra de los Zapatistas: democracia no es propiedad privada del pensamiento y la teoría política de occidente, sino unos principios de convivencia, de buen vivir, que no tiene dueño (2005: 17)

Neste ponto, não posso deixar de observar que a crítica indígena ao mundo europeu colonizador desempenha papel essencial na proposição dos Davids Ggaeber e Wengrow de uma nova história mundial em “O despertar de tudo” (2022), pois eles asseveraram ter sido ela apropriada pelo pensamento iluminista europeu. Aliás, um elemento importante da proposição de uma nova história universal presente naquela obra inclui uma reformulação de nosso vocabulário, adequado a uma nova forma de pensar o mundo e o ser humano.

E a recepção nisso tudo, por fim

E como situar, por fim, a História da Recepção da Antiguidade neste contexto em particular? Acredito que podemos tranquilamente contribuir, se quisermos, com o processo de “vuelco epistêmico”.

Por um lado, evidenciando a apropriação de brasileiros do modelo moderno e eurocêntrico. A imagem desta apresentação é o estudo de Antonio Medeiros para uma de suas pinturas neoclássicas do Palácio da Liberdade, a sede de governo mineiro construída sobre as ruínas do mundo colonial, com o qual queria romper de forma absoluta: pela destruição.

As ideias da teoria da recepção, mas não apenas elas, podem auxiliar a descortinar o caráter retrógrado do “classicismo” da extrema direita planetária. Permitam-me indicar a leitura de um trabalho de conclusão de disciplina de meu orientando de mestrado, Rafael Santos de Abreu intitulado “Proteja sua herança”: os usos da Antiguidade Clássica pela Alt-right”. Reparem que Rafael optou por empregar “uso” e não “recepção” ou “apropriação”, porque concluiu que se trata de instrumentação “com objetivo claro de legitimar condutas e posicionamentos ideologicamente alinhados no presente. Não se trata apenas de uma interpretação equivocada ou desconhecimento acerca da extensa bibliografia e pesquisa sobre a história grega.” (2023: 29)

Kim Kataguiri, líder do Movimento Brasil Livre (MLB), eleito deputado federal em 2018, a respeito do conteúdo dos vídeos por eles produzidos, afirmou em entrevista que esses tratariam dos “pilares da Civilização Ocidental, que são a filosofia grega, o direito romano e a religiosidade judaico-cristã” (REDAÇÃO, 2017). Essa “tríade” é frequentemente utilizada por grupos conservadores no intuito de reforçar as bases ocidentais brasileiras. Ela também foi apresentada no programa da *Aliança pelo Brasil* - partido que Bolsonaro pretendeu criar após declarar a sua saída do Partido Social Liberal (PSL) -, em novembro de 2019. (Abreu, 2023: 9)

Outro exemplo: abundaram no Brasil, no século XIX, pretensões de constituição de identidades regionais a partir de recepções da Antiguidade greco-romana. Apresento outro exemplo: a investigação em desenvolvimento de Marina Soares Zuchetti, intitulada “Antigos, farrapos e heróis: Antiguidade e heroicidade na Sociedade Partenon Literário”, o qual poderá evidenciar um momento da “cadeia de recepções” de uma apropriação eurocêntrica da heroicidade antiga.¹⁴

¹⁴ Nada citarei deste trabalho para não usurpar o lugar de Mariana como desveladora daquele capítulo da História Intelectual sul-rio-grandense.



Imagen 01: Estudo “Carro de Apolo”, de Antônio Parreiras para painel do Palácio da Liberdade/Belo Horizonte/MG.

Recentemente, em maio de 2023, visitei o Palácio da Liberdade em Belo Horizonte. Meu deleite com sua arquitetura e decoração, com o caráter aprazível do local, não me impediu de examinar como a apropriação de motivos greco-romanos antigos serviu ao propósito de construir uma cidade moderna e excludente¹⁵. Não há menção disto no site do Circuito da Liberdade, mas flagrei a fala de uma monitora-guia de um grupo de estudantes comentando a existência de um muro invisível que impedia certa população mineira de frequentar o local logo após a inauguração da nova capital mineira, em 1898¹⁶. Como diversas outras capitais e grandes

¹⁵ Pela mediação da modernidade de então, como indica o texto do site do Palácio da Modernidade: “A arquitetura eclética do Palácio da Liberdade, projetado pelo arquiteto José de Magalhães, reflete a influência do estilo francês, com requintes de acabamento e riqueza de elementos decorativos. No interior do Palácio podem ser vistos os candelabros em bronze dourado, o piso em parquet, seus lustres em cristal, os painéis alegóricos, seus torreões, a beleza da escadaria principal encomendada a uma empresa da Bélgica e o rico mobiliário. Na área externa do Palácio encontram-se os jardins, projetados originalmente por Paul Villon seguindo o estilo inglês e que passaram por reformulações ao longo do tempo, quando foram incluídos elementos decorativos como esculturas e fontes.” Disponível em: <http://circuitoliberdade.mg.gov.br/pt-br/espacos-br/palacio-da-liberdade>. Acesso em: 27 jan. 2024.

¹⁶ “Inspirado nos ideais políticos republicanos e alinhado aos ideais de modernização, a Cidade de Minas, que posteriormente recebeu o nome de Belo Horizonte, foi um laboratório de experimentação de novas possibilidades de urbanidade (Veiga, 1994), que resultou em um perímetro urbano circundado pela então Avenida 17 de Dezembro, atualmente Avenida do Contorno, que circunda o Hipercentro da cidade de Belo Horizonte. O plano urbano foi inicialmente organizado em três perímetros: a zona urbana, a zona suburbana e a zona rural, cada qual com definições de uso e ocupação pré-definidas. Ou seja, um plano urbanístico, cumprindo sua função natural de ordenação e gestão direcionada do território, o que posteriormente se mostrou evidente,

cidades brasileiras do início do século XX, a transição para a “civilização republicana” foi acompanhada por uma remodelação urbana material e social. Salvo engano, está por ser feita uma história da recepção da Antiguidade greco-romana neste processo neocolonial.

Por fim, é possível mesmo identificar recepção da Antiguidade em textos decoloniais, quando eles procuram traduzir as pluriversalidades da história latino-americana. Oswaldo Mignolo cognominou “Tawantinsuyu, Anahuac y el Caribe Negro” como: “*Las ‘Grecias’ y ‘Romas’ del pensamiento des-colonial*”. Da mesma forma, ao tratar da última seção da obra de Puma ele escreve:

La última sección del ‘buen gobierno’, extensa, está dedicada a la **descripción de ‘los trabajos y los días’** en el Tawantinsuyu. El ritmo de las estaciones, la convivencia en y con el mundo natural (sol, luna, tierra, fertilidad, agua, *runas* [e.g., seres vivientes que en occidente se describen como “seres humanos”]) conviven en la armonía del ‘buen vivir’. (Mignolo, 2005: 19.)

Há nesta referência cifrada à obra de Hesíodo um esforço de tradução para um leitor específico, letrado na tradição clássica, ao mesmo tempo, claro, um sinal de distinção intelectual. Existe, latente, uma História da Recepção da Antiguidade pelo pensamento decolonial em sua tarefa de identificar e superar a “memoria-aparato conceptual” que marcou, e marca, “directa o indirectamente miles de millones de conciencias en todo el mundo”, em especial o nosso.

Concluindo

A despeito dos usos excludentes da teoria decolonial, creio que nós, pesquisadores da Recepção da Antiguidade, podemos ficar tranquilos quanto à legitimidade de nossos. E, por decorrência, os colegas dos Estudos Antigos de forma geral, caso tenham se preocupado a respeito, também podem continuar com seu trabalho. Penso, no entanto, que a decolonialidade é um universo devemos conhecer, e do qual devemos nos

no processo deliberado e orientado de expulsão da então população presente no Curral del Rey, composta majoritariamente de pessoas negras.” (Dias, 2023: 183). Logo na sequência desta passagem, Daniel Dias reproduz estas palavras do padre Francisco Dias: “Movemo-nos à compaixão por vermos as dificuldades com que lutavam os pobres, para de novo se estabelecerem, por vermo-los, muitas vezes, com as lágrimas nos olhos, se queixarem da sorte, pelas peripécias e amarguras porque iam tão bruscamente passando. Era uma cena triste e comovedora essa da emigração da maioria dos habitantes para outras paragens mais recônditas e solitárias de seu querido Curral D’El-Rei!” (Dias, 2023: 183)

apropriar, pelos desafios que coloca ao estudo e ao ensino Antiguidade Greco-Romana em nosso país. Também podem auxiliar a entender, aceitar e lidar com sentimentos como o de José Faleiro, o jovem literato proveniente de uma área social e intelectualmente segregada de Porto Alegre. Certamente a situação dos Faleros de nosso país foram resultantes de processos alimentados por certa Antiguidade, como aquelas de noções excludentes de razão e mito. Por outro lado, o próprio entendimento da colonização e da persistência do colonialismo entre nós não pode renunciar ao conhecimento daquela história. Estudá-la é caminho para retirar o aspecto eurocêntrico daquela tradição espoliadora e estigmatizadora lastreada em uma “racionalidad moderna montada y encerrada en las categorías del griego y del latín”. A nossa própria visão do Mundo Antigo poderá ser transformada por este empreendimento intelectual.

Fontes

Estudo “Carro de Apolo”, de Antônio Parreiras para painel do Palácio da Liberdade/Belo Horizonte/MG. Disponível em: <https://www.wikidata.org/wiki/Q56878589>. Acesso em 15 jun. 2023.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. *Palácio da Liberdade*. Site de divulgação. Disponível em: <http://circuitoliberdade.mg.gov.br/pt-br/espacos-br/palacio-da-liberdade>. Acesso em: 27 jan. 2024.

HESÍODO. *Teogonia. A origem dos deuses*. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1992.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Tradução de Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1990.

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1985.

Popol Vuh. O esplendor da palavra antiga dos Maias-Quiché de Quauhtlemallan: aurora sangrenta, história e mito. Tradução, crítica e notas de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Ubu, 2019.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Livro I. Tradução e apresentação de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Bibliografia

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 8, n. 2, 2023. p. 156-175.
DOI: 10.34024/herodoto.2023.v8.20107 - 171 -

ABREU, Rafael. "Proteja sua Herança": Os usos da Antiguidade Clássica pela Alt-Right. Trabalho de conclusão. Disciplina *Os usos políticos do passado. Análises sobre os usos políticos do passado a partir de estudos de caso*, ministrada pela professora Carolina Bauer, PPG em História/UFRGS, 2022.

BARBOSA, Tereza Virgínia Ribeiro. Tradução e (des)colonização. O caso de Medeia. *Archai*, Brasília, n. 22, jan./abr. 2018, p. 299-318.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1999 (1994).

BRAVO, Lucía. El pensamiento crítico latinoamericano. La opción decolonial. In: TOMÁS Claudio Luis; BOLINAGA, Luciano Damián. *América Latina ante una nueva encrucijada*. Buenos Aires: Teseo, 2017. p. 25-72.

BACKMAN, Jussi. Hermeneutics and the Ancient Philosophical Legacy: Hermēneia and Phronēsis. In: KEANE, Niall; GJESDAL, KRISTIN (eds). *The Blackwell Companion to Hermeneutics*. Malden: John Wiley & Sons, 2016. p. 22-33. Disponível em: <https://core.ac.uk/>. Acesso em: 29 out. 2023.

BRAVO, El pensamiento crítico latinoamericano. La opción decolonial. In: TOMÁS, Claudio Luis; BOLINAGA, Luciano Damián (orgs). *América Latina ante una nueva encrucijada*. Buenos Aires: Teseo, 2017, p. 25-72.

CALAME, Claude. *Mythe et Histoire dans l'Antiquité Grecque. La Crédion Symbolique d'une Colonie*. Lausanne: Payot, 1996.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La hybris del punto cero. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá: Instituto Pensar, Universidad Javeriana, 2005. Introducción, p. 11-18.

DETIENNE, Marcel. *A invenção da mitologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992 (1981).

FAVERSANI, Fábio; SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos; ROSILLO-LÓPEZ, Cristina. Apresentação. Dossiê: A História Antiga entre o local e o global: integração, conflito e usos do passado. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 40, nº 84, p. 13-17, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472020v40n84-01>. Acesso em: 24 ago. 2020.

FREITAS, Altieri Dias de. Notas sobre o contexto de trabalho do grupo Modernidade/Colonialidade/Universidade, horizontes utópicos, desafios teóricos. *Realis*, v.8, n. 02, jul./dez. 2018, p. 145-171.

FRIZZO, Fábio; LEITE, Priscilla Gontijo; SILVA, Uiran Gebara da. Devemos fazer Tábula Rasa dos Passados Distantes? A Antiguidade na Cultura Histórica e nas escolas brasileiras. *Revista História Hoje*. São Paulo, v. 12, nº 24, p. 5-27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i24.1074>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GLORIA, Rafael. José Falero coloca a voz da periferia na literatura brasileira. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 14 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/especiais/reportagem-cultural/2022/07/855165-jose-falero-coloca-a-voz-da-periferia-na-literatura-brasileira.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HARTOG, François. *De Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 43. Tradução de Jacyntho Lins Brandão.

HENRIQUE, Guilherme; MENDES, Vinícius. Um escritor em busca da fórmula mágica da paz *El País*. 06 ago. 2021. Cultura. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-08-09/um-escritor-em-busca-da-formula-magica-da-paz.html>. Acesso em: 22 jan. 2024.

LEITE, Priscilla Gontijo; GURGEL, Victor Leite Braga. Apropriações da Tradição Clássica no Brasil e o ensino de História Antiga. In: BUENO, André; CREMA, Dulceli Estacheski Everton; ZARBATO, Jaqueline (orgs). *Aprendendo História: Ensino*. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/38896267/APRENENDENDO_HIST%C3%93RIA_ENSINO. Acesso em: 19 dez. 2022.

LIVERANI, Mario. Antigo Oriente Próximo. Tradução de Fábio Fortes e Anita Fattori de: _____. *Historical Overview*. In: SNELL, Daniel (org.). *A Companion to the Ancient Near East*. Londres: Blackwell, 2005 .p. 3-19.

MACEDO, André Luan Nunes. A História do eurocentrismo na História Intelectual. *Revista de Teoria da História*. Vol. 23, nº 01, jul. 2020, p. 257-281. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/61801>. Acesso em: 9 jun. 2023.

MALKIN, Irad. Postcolonial_Concepts_and_Ancient_Greek Colonization. *Modern Language Quarterly*. Washington, v. 65, n. 3, set. 2004, p. 341-64.

MENESES, Maria Paula. Desafios à descolonização epistêmica, práticas, contextos e lutas para além das fraturas abissais. *Contemporânea*. São Carlos, v. 10, n. 3 p. 1067-1097, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2316-1329.v10n3.10>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MIGNOLO, Oswaldo. *Desobediencia epistémica, retórica de la modernidad, lógica de colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: del Signo, 2010.

_____. El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto. *Tristes Trópicos*. 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MORALES, Fábio Augusto. Por uma didática da História Antiga no Ensino Superior. *Mare Nostrum*, São Paulo, vol. 8, nº 8, out. 2017, p. 79-114. Disponível em: <https://doi.org/10.11606>. Acesso em: 20 abr. 2014.

MUNSBERG, João Alredo Steffen; SILVA, Gilberto Ferreira da. A interculturalidade como estratégia de aproximação entre pesquisadores brasileiros e hispano-americanos na perspectiva da descolonização. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 45, jan./abr. 2018, p. 21-40.

NÚÑEZ, Pedro Hugo Canto; SILVA, Ruan Kleberson Pereira da. "As trajetórias da História Antiga no Rio Grande do Norte: o ensino e a pesquisa". 2023. No prelo.

OLIVEIRA, Renato Carvalho de. Gadamer e Dussel: da hermenêutica do diálogo impessoal ao diálogo que liberta o rosto da máscara colonial. *Revista Ideação*, Feira de Santana, n. 41, jan./jun. 2020, p. 87-104.

PORTR, James L. What is 'Classical" about Classical Antiquity? Eight Propositions. In: ____ (ed). *Classical pasts: the classical traditions of Greece and Rome*. Princeton: Princeton U.P. 2006. p.1-65.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Eduardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO: Buenos Aires, 2005. p. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SACKL, Ana Maria Barrera Conrad. *Tradução & Paratradução do Popol Wuj, Paratextos e Excertos do Gênesis*. Tese (Doutorado). PPG em Estudos da Tradução, UFSC, 2015. 218p.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. Histórias e cosmologia indígenas no Popol vuh, livro maia-quiché. *Revista USP*, São Paulo, n. 125, abr./maio/jun. 2020, p. 109-124. Disponível em: <https://doi.org/10.11606>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SAGREDO, Raisa. (Re)pensando o Egito antigo em sala de aula: estratégias e metodologias decoloniais. *Revista História Hoje*. São Paulo, v. 12, nº 24, 2023, p. 253-273. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i24.995>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SANTOS, Dominique. O ensino de História Antiga no Brasil e o debate da BNCC. *Outros Tempos*, vol. 16, n. 28, 2019, p. 128 – 145. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v16i28.703>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia*. Ouro Preto, nº 11, abr. 2013, p. 173-189, 2013. Disponível em: 10.15848/hh.v0i11.554. Acesso em: 26 dez. 2022

SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007

THOMÉ, Nilson. *Os iluminados. Personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999.

VARGAS, Anderson Zalewski. A recepção da Antiguidade e os Estudos Clássicos. In: CARVALHO, Alexandre Galvão. SILVA, Glaydson José da. *Como se escreve a história da Antiguidade*. São Paulo: UNIFESP, 2020. p. 513-527.